

2026

**GUIA PARA
PROCESSAMENTO DE
EMENDAS
IMPOSITIVAS
MUNICIPAIS**

2ª EDIÇÃO



Prefeitura Municipal de Campinas
Secretaria Municipal de Gestão e Controle

APRESENTAÇÃO


“O Sistema de Controle é a consciência vigilante que preserva a integridade da gestão pública.” Prof. Alberto Alves da Fonseca

O amadurecimento institucional do Orçamento Impositivo no Município de Campinas, associado à evolução normativa, jurisprudencial e orientativa observada no cenário nacional, especialmente após o fortalecimento dos parâmetros de transparência, rastreabilidade e integridade estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal e pelo modelo federal de execução e controle, impõem a necessidade de uma reorganização conceitual e operacional no tratamento das emendas parlamentares.

Nesse contexto, a Secretaria Municipal de Gestão e Controle, na condição de órgão central do Sistema de Controle Interno, reafirma a centralidade deste processo e seu papel estratégico como segunda e terceira linhas de defesa. Sob essa perspectiva promove-se a atualização deste Guia, com o propósito de fortalecer a integridade institucional, aperfeiçoar a governança, ampliar a transparência ativa, qualificar a publicidade dos atos, aprimorar a avaliação técnica e intensificar o monitoramento contínuo de resultados.

Este Guia constitui-se em documento de natureza técnica, que materializa o compromisso com o aperfeiçoamento da gestão pública, com o fortalecimento do controle social e com a entrega efetiva de valor público à sociedade campineira.

O aprimoramento da execução das emendas parlamentares encontra-se plenamente alinhado às orientações e expectativas dos órgãos de controle externo, em especial o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e o Ministério Público, cuja atuação é essencial para assegurar a legalidade, a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos. Reconhece-se, igualmente, o papel institucional da Câmara Municipal de Campinas, que exerce funções de fiscalização e acompanhamento da execução orçamentária, contribuindo de forma decisiva para o fortalecimento do processo democrático.



Que este Guia consolide sua função como instrumento seguro, responsável e orientativo para parlamentares, órgãos processadores, unidades técnicas, agentes públicos e para toda a sociedade, estimulando o ciclo democrático de elaboração, execução e fiscalização dos gastos públicos.

Boa leitura, boa execução e excelentes resultados.

Professor Alberto Alves da Fonseca
Secretário Municipal de Gestão e Controle





SUMÁRIO

1. ESCOPO DO GUIA.....	5
2. INTRODUÇÃO.....	8
3. EMENDAS IMPOSITIVAS.....	9
4. FUNDAMENTAÇÃO NORMATIVA.....	11
5. PARTES DO PROCESSO.....	15
6. CICLO DO PROCESSO.....	18
7. FASE DE PROCESSAMENTO.....	20
8. EMENDAS NA SAÚDE.....	26
9. TRANSPARÊNCIA.....	29
10. PERGUNTAS FREQUENTES.....	32
11. EQUIPE.....	47

1 - ESCOPO DO GUIA

1.1 FINALIDADE DO GUIA

O presente Guia de Processamento das Emendas Impositivas Municipais – Campinas 2026 tem por finalidade padronizar, orientar e conferir segurança jurídica aos procedimentos administrativos adotados pelos órgãos e entidades municipais no processamento das emendas parlamentares individuais impositivas previstas na Lei Orgânica Municipal, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Este Guia estrutura, em linguagem técnica e operacional, as regras e etapas que devem ser observadas pelos órgãos processadores e pelos demais atores envolvidos, especialmente no que se refere a:

- análise técnica e admissibilidade das indicações;
- identificação e formalização de impedimentos de ordem técnica;
- registro, motivação e comunicação institucional das decisões;
- prazos e fluxos previstos na LDO;
- parâmetros mínimos de governança, rastreabilidade e transparência.

O foco central do documento é a fase de processamento, por ser o elo entre a indicação parlamentar (consolidada na LOA) e a execução orçamentária e financeira, garantindo que as emendas sejam tratadas com previsibilidade, isonomia, integridade e conformidade normativa.

1.2 NATUREZA ORIENTATIVA DO GUIA

Este Guia possui natureza técnica-orientativa, elaborado para uniformizar rotinas administrativas e reduzir riscos de inconsistência, retrabalho e divergências de interpretação no tratamento das emendas impositivas.

O Guia não cria direitos ou obrigações além das previstas na legislação vigente, constituindo referência operacional para aplicação correta das regras estabelecidas por:

- Constituição Federal e normas gerais de finanças públicas;
- Lei Orgânica do Município de Campinas;
- LDO e LOA do exercício;
- decretos, portarias e normativos aplicáveis;
- orientações e jurisprudências do Judiciário e dos Tribunais de Contas.

1.3 ALCANCE E LIMITES

Aplica-se a este Guia ao processamento das emendas impositivas municipais no âmbito:

- da Administração Direta (Secretarias Municipais);
- da Administração Indireta (Autarquias e Fundações Públicas Municipais);
- das entidades privadas sem fins lucrativos beneficiárias.

Este documento:

- não substitui a legislação vigente (LOM, LDO, LOA e demais normas);
- não altera prazos legais fixados na LDO;
- não define valores das emendas, os quais decorrem da LOM, LOA e atos oficiais correlatos;
- não detalha exaustivamente a execução orçamentária e financeira (empenho, liquidação e pagamento), que seguirá a legislação aplicável, sendo apenas contextualizada;
- não substitui regramentos específicos, como o da área da Saúde (quando aplicável).

2 - INTRODUÇÃO

As emendas parlamentares impositivas constituem instrumento relevante do processo orçamentário municipal, por meio do qual os vereadores indicam a destinação de parcela dos recursos públicos para a execução de políticas públicas de interesse da coletividade. Após aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), as emendas assumem caráter de execução obrigatória, ressalvadas as hipóteses de impedimento de ordem técnica, devidamente fundamentadas e formalizadas.

O processamento é a fase administrativa central do ciclo das emendas impositivas. Em que as indicações parlamentares, já consolidadas na LOA, são submetidas à análise técnica, jurídica, orçamentária e operacional pelos órgãos processadores, com o objetivo de verificar sua **exequibilidade, regularidade e aderência às políticas públicas**.

A aplicação deste Guia deve observar, de forma permanente, os princípios da **Legalidade** – estrita conformidade com a legislação vigente, da **Impessoalidade** – vedação a favorecimentos ou discriminações indevidas da **Moralidade e Probidade Administrativa** – integridade na condução do processo, da **Publicidade e Transparência** – ampla divulgação dos atos e decisões, da **Eficiência** – busca do melhor custo-benefício e da **Governança e Controle** – atuação coordenada, monitorada e auditável, em busca do melhor resultado possível para sociedade.

3 - EMENDAS IMPOSITIVAS

3.1 O QUE SÃO?

As emendas parlamentares impositivas municipais consistem nas indicações de programação orçamentária apresentadas individualmente pelos vereadores ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, cujo conteúdo, uma vez aprovado pela Câmara Municipal e incorporado à LOA, passa a integrar o orçamento público com execução obrigatória.

A obrigatoriedade da execução decorre do arcabouço normativo constitucional e municipal, notadamente da Lei Orgânica do Município, da LDO e da própria LOA, afastada apenas na hipótese de ocorrência de impedimento de ordem técnica, formalmente reconhecido nos termos da legislação vigente.

3.2 QUAL A FINALIDADE?

A finalidade principal das emendas impositivas é permitir que os vereadores, como representantes diretos da população, participem da definição das prioridades orçamentárias do Município, contribuindo para que o orçamento reflita de maneira mais sensível as demandas vindas dos bairros, comunidades e organizações sociais, gerando:

a) Atendimento de demandas locais e comunitárias

Os vereadores recebem pedidos e identificam necessidades concretas em diversas regiões da cidade, direcionando recursos para suprir carências ou fortalecer serviços existentes.

b) Fortalecimento de políticas públicas

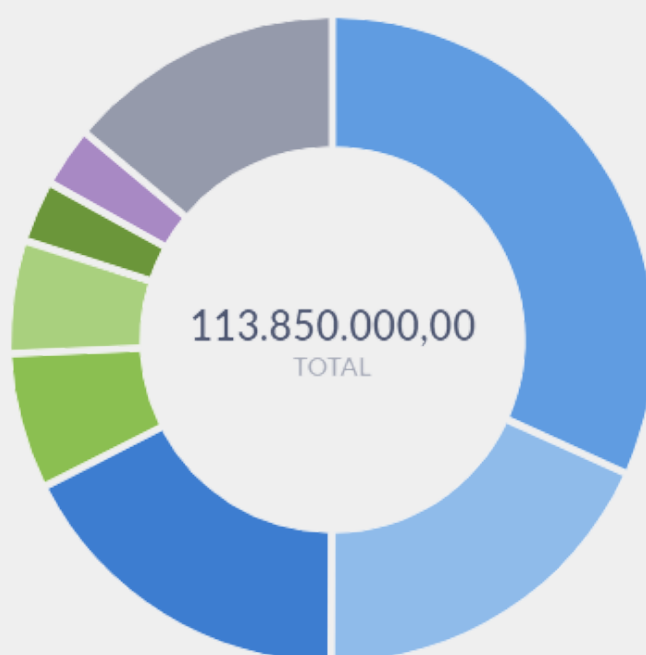
As emendas podem ampliar ações já previstas no planejamento municipal, complementando aquelas consideradas relevantes.

c) Justiça distributiva e descentralização

Ao subdividir o orçamento entre todos os parlamentares, as emendas promovem maior equilíbrio territorial na alocação dos recursos.

3.3 ORÇAMENTO IMPOSITIVO DE 2026

A Lei Orgânica do Município reserva 1,2% da Receita Corrente Líquida prevista no Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) para as emendas parlamentares de execução obrigatória, o que resultou em R\$ 113.850.000,00 no total e na cota de R\$ 3.450.000,00 para cada um dos 33 parlamentares, da qual no mínimo 50% deve ser destinado à ações e serviços relacionados à saúde, conforme demonstrado a seguir:



FUNDO MUN. DE SAÚDE	32,22%
REDE MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI DE URGÊNCIA, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR	18,42%
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	17,55%
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS	6,67%
FUNDO MUN DE ASSIST.SOCIAL	5,50%
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	2,88%
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2,81%
Outro(a)	13,95%

Foto: dados do sistema Emendas Campinas da SMF

4 - FUNDAMENTAÇÃO NORMATIVA

4.1 CONSTITUIÇÃO FEDERAL, EMENDAS CONSTITUCIONAIS E JURISPRUDÊNCIA DO STF (EIXO CONSTITUCIONAL)

- [Constituição Federal de 1988: arts. 165 a 169 \(processo orçamentário\); art. 37 \(princípios da Administração Pública\).](#)
- [Emenda Constitucional nº 86/2015 \(marco das emendas individuais impositivas e vinculação mínima para ações e serviços públicos de saúde\).](#)
- [Emenda Constitucional nº 100/2019 \(Altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária proveniente de emendas de bancada de parlamentares de Estado ou do Distrito Federal\).](#)
- [Emenda Constitucional nº 105/2019 \(acrescenta o art. 166-A para autorizar a transferência de recursos federais a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios mediante emendas ao projeto de lei orçamentária anual, conhecidas como "emendas PIX"\).](#)
- [Emenda Constitucional nº 126/2022 \(\(flexibiliza o teto de gastos e redefine as regras das emendas parlamentares para o orçamento, permitindo a inclusão de gastos sociais, como o Auxílio Brasil/Bolsa Família, fora do limite fiscal e aumenta o percentual de recursos, para até 2% da RCL, que parlamentares podem destinar para suas bases\).](#)

- [ADPF 854 \(determinou que Estados, Distrito Federal e municípios devem adotar medidas para garantir transparência e rastreabilidade aos recursos distribuídos por emendas\).](#)
- [Ação Direta de Inconstitucionalidade 7688 \(determinou maior transparência e rastreabilidade nas "emendas Pix" \(transferências especiais\), exigindo cadastro prévio de planos de trabalho e fiscalização do TCU/CGU\).](#)
- [Ação Direta de Inconstitucionalidade 7695 \(reafirma que as emendas parlamentares de transferência direta \("Pix"\) devem seguir os requisitos de transparência e rastreabilidade e limita seu uso a obras em andamento ou calamidades reconhecidas, com necessidade de registro no Transferegov.br, visando controle orçamentário\).](#)
- [Ação Direta de Inconstitucionalidade 7697 \(determinou a suspensão das emendas parlamentares impositivas \(incluindo as "emendas Pix"\), até que o Congresso e o Executivo garantam transparência, rastreabilidade e critérios técnicos na execução\).](#)

4.2 LEGISLAÇÃO FEDERAL E NORMAS TÉCNICAS FEDERAIS

4.2.1 NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO, RESPONSABILIDADE FISCAL E LICITAÇÃO

- [Lei Federal nº 4.320/1964 \(regras gerais de orçamento, empenho, despesa, execução\).](#)
- [Lei Complementar nº 101/2000 \(LRF\) \(responsabilidade fiscal, limites, equilíbrio e controle\).](#)
- [Lei Federal nº 14.133 \(Nova Lei de Licitações e Contratos Adm.\).](#)

4.2.2 REGIME JURÍDICO DE PARCERIAS E INTEGRIDADE NA DESTINAÇÃO A ENTIDADES PRIVADAS

- [Lei Federal nº 13.019/2014 \(MROSC\) \(regras para parcerias com OSCs\).](#)
- [Lei Federal nº 14.133 \(Nova Lei de Licitações e Contratos Adm.\).](#)

4.2.3 NORMAS INFRALEGAIS

- [Portaria Conjunta MGI/MF nº 2, de 24/01/2025](#)
 - estabelece procedimentos e prazos para avaliação de planos de trabalho de emendas na modalidade de transferência especial, pix e e define regras de transparência para estados e municípios.
 - estabelece procedimentos e prazos para operacionalização de emendas e superação de impedimentos técnicos no plano federal — útil como matriz comparativa de fluxo e “linguagem” de impedimento técnico.

4.2.4 EIXO JURISPRUDENCIAL - TRIBUNAL DE CONTAS

- [TCU — Acórdão nº 518/2023 – Plenário \(fiscalização de transferências especiais; delimitações de competência e reforço do papel dos controles interno de cada ente e Tribunais de Contas Estaduais, ou Municipais onde houver, na aplicação do recurso\).](#)

4.2.5 NORMATIVOS ORIENTATIVOS DO SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO

- [ATRICON — Nota Recomendatória nº 01/2022 \(texto atualizado em 14/07/2023\) sobre fiscalização das transferências especiais \(transparência, dados abertos, rastreabilidade, dever de controle e coordenação com sistemas\).](#)
- [IRB/entidades do controle externo — Nota Recomendatória Conjunta \(2025\) sobre fiscalização das emendas parlamentares \(referência contemporânea de boas práticas e padronização de controle\).](#)

4.3 MARCO MUNICIPAL DE CAMPINAS E DIRETRIZES DO TCE-SP

- [Emenda à Lei Orgânica nº 53, de 11 de novembro de 2021 \(institui e estrutura o regime local das emendas impositivas, incluindo os parâmetros gerais e vinculações como o percentual e a diretriz da saúde\).](#)
- [Lei de Diretrizes Orçamentárias \(LDO\) do exercício correspondente \(LDO 2026\) — fixa prazos de 16/03, 16/04 e 16/05, disciplina o rito do impedimento técnico, remanejamento e consequências quando não superável.](#)
- [Lei Orçamentária Anual \(LOA\) — consolida as indicações aprovadas e oficializa as programações que entram no ciclo de processamento.](#)
- [Decreto Municipal nº 24.091/2025, que dispõe sobre os procedimentos para operacionalização das emendas individuais ao orçamento público municipal para alocação de recursos em favor da Secretaria Municipal de Saúde e de seu respectivo fundo, tendo como beneficiadas as entidades sem fins lucrativos que integrem formalmente a rede complementar do Sistema Único de Saúde - SUS”, e sua alterações.](#)
- [TCE-SP — Comunicado SDG nº 28/2025: “Emendas Parlamentares Impositivas no Orçamento Municipal” \(orienta cautelas e pontos de atenção em planejamento, indicação, execução, transparência e monitoramento\).](#)
- [TCE-SP — Resolução TCE-SP nº 17/2025 \(e comunicações de adequação\): impactos e exigências de adequação contábil/registro, com prazos e orientações de conformidade.](#)
- [TCE-SP - Comunicado GP nº 43/2025, considerando as determinações contidas na ADPF nº 854, dispôs que todos os Poderes Executivos municipais deveriam preencher, até o dia 5 de dezembro de 2025.](#)
- [TCE-SP - comunicado GP nº 45/2025, prorrogou o prazo para o preenchimento do questionário até o dia 12 de janeiro de 2026.](#)

5 - PARTES DO PROCESSO

O processamento das emendas parlamentares impositivas envolve diferentes atores institucionais, cada qual com papel definido dentro do ciclo orçamentário municipal. A compreensão dessas funções é essencial para garantir a correta aplicação dos prazos, a análise técnica adequada e a execução eficaz das indicações.

A seguir, apresentam-se os responsáveis diretos pela formulação, análise, processamento e execução das emendas no âmbito do Município de Campinas.

5.1 VEREADORES

Os vereadores são os autores das emendas parlamentares impositivas municipais.

Compete à Câmara Municipal:

- apreciar e votar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA);
- apresentar, discutir e aprovar emendas individuais;
- indicar, dentro de suas cotas, os valores e objetos destinados às ações municipais;
- deliberar, no prazo estabelecido, sobre eventuais remanejamentos ;
- consolidar e homologar todas as emendas na aprovação final da LOA.

A indicação parlamentar representa o exercício da função legislativa na definição das prioridades do orçamento público, assegurando participação democrática na alocação dos recursos.

5.2 ORGÃOS PROCESSADORES

Os órgãos processadores são as unidades da Administração Pública Municipal responsáveis por analisar, admitir e processar as indicações de emendas destinadas às suas áreas temáticas. Constituem a 1ª linha de defesa dentro do modelo de governança.

Órgão processador é a unidade administrativa que detém:

- competência legal e institucional para executar o objeto indicado;
- conhecimento técnico para analisar a viabilidade da emenda;
- capacidade operacional para realizar a execução orçamentária e financeira;

É o órgão responsável por transformar a indicação parlamentar em ação exequível, em conformidade com a LDO, LOA, legislação municipal e normas gerais de Direito Financeiro.

Podem configurar-se como órgãos processadores:

- Secretarias Municipais
- Autarquias Municipais
- Fundações Públicas Municipais

5.3 BENEFICIÁRIOS

Os beneficiários são os órgãos, ou as entidades responsáveis pela execução final da ação indicada na emenda parlamentar, de acordo com a natureza do objeto e a legislação aplicável.

Beneficiário é a unidade governamental (Secretaria /Autarquia /Fundação Pública Municipal) ou a entidade privada que receberá os recursos da emenda (direta ou indiretamente) para executar o objeto previsto. A escolha do beneficiário decorre:

- da indicação parlamentar;
- da natureza do objeto;
- das regras legais que definem quem pode executar determinada ação ou programa e do processo seletivo, quando couber;
- da compatibilidade temática com a política pública responsável.

Podem configurar como beneficiários:

a) Administração Pública Municipal Direta

- Secretarias Municipais

b) Administração Pública Indireta

- Autarquias Municipais
- Fundações Públicas Municipais

c) Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos

- regularmente constituídas;
- que atendam aos requisitos legais do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, quando aplicável;
- que apresentem Plano de Trabalho compatível com a indicação.
- que **obrigatoriamente tenham instrumentos jurídicos de parceria vigentes (Termo de Colaboração, Termo de Fomento, Convênio ou outros).**

6 - CICLO DO PROCESSO

O ciclo das emendas parlamentares impositivas compreende um conjunto de **4 (quatro)** fases interdependentes que se iniciam no planejamento orçamentário e se encerram na prestação de contas, formando um fluxo contínuo de gestão pública orientado à legalidade, eficiência e controle.

A compreensão integral desse ciclo é essencial para a correta aplicação do presente Guia, ainda que seu foco principal recaia sobre a fase de processamento.



6.1 PLANEJAMENTO

A fase de planejamento corresponde ao momento em que são definidas as diretrizes, prioridades e limites que nortearão a atuação dos agentes públicos no exercício subsequente.

Essa fase compreende, essencialmente:

- a elaboração e aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que estabelece os parâmetros das emendas, seus prazos e impedimentos técnicos;
- a apresentação, discussão e pactuação das ações e programas entre os órgãos municipais e os vereadores;
- a formulação das propostas que servirão de base para as indicações parlamentares;
- aprovação da LOA, dando início à fase de processamento.

O planejamento adequado reduz significativamente a ocorrência de impedimentos e remanejamentos na fase de processamento.

6.2 PROCESSAMENTO (FOCO DO GUIA)

A fase de processamento tem início após a publicação da Lei Orçamentária Anual e consiste no conjunto de procedimentos administrativos destinados a verificar a exequibilidade, regularidade e adequação técnica das emendas aprovadas. É nesta fase que se realizam:

- a análise técnica e a análise de admissibilidade;
- a verificação dos impedimentos de ordem técnica;
- o eventual remanejamento das emendas;
- a consolidação final das emendas aptas à execução.

6.3 EXECUÇÃO

Superada a fase de processamento, as emendas aptas ingressam na fase de execução, que envolve:

- a estruturação dos respectivos processos administrativos de contratação/parceria;
- a realização dos atos de execução orçamentária (empenho, liquidação e pagamento);
- a implementação material do objeto da emenda;
- o acompanhamento da execução física e financeira.

A execução deve respeitar integralmente as condições aprovadas no processamento e as normas de direito administrativo e financeiro aplicáveis.

6.4 PRESTAÇÃO DE CONTAS

Concluída a execução, inicia-se a fase de prestação de contas, que envolve:

- a comprovação da aplicação dos recursos;
- a análise documental e financeira;
- a avaliação dos resultados alcançados;
- o atendimento às exigências dos órgãos de controle.

7 - FASE DE PROCESSAMENTO

O presente Guia dedica especial atenção à fase de processamento das emendas parlamentares impositivas, pois é na fase de processamento que se definem, de forma objetiva e documentada, a exequibilidade, a regularidade e a adequação das indicações parlamentares, condicionando a legalidade da execução e a qualidade do gasto público.

Os capítulos subsequentes detalham as regras, os prazos, os critérios de análise, os procedimentos administrativos aplicáveis à fase de processamento, de modo a fornecer aos servidores públicos um referencial técnico seguro, uniforme e alinhado às exigências legais, às boas práticas de governança e às orientações dos órgãos de controle. O processamento é regido pelos seguintes prazos da LDO 2026:



01/01/2026

Início das Análises das Emendas

16/03/2026

I - até o dia 16 de março de 2026, o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo as justificativas do impedimento;

16/04/2026

II - até o dia 16 de abril de 2026, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

16/05/2026

III - até o dia 16 de maio de 2026, o remanejamento será implementado por ato do Poder Executivo, nos termos previstos na Lei Orçamentária Anual.



O não cumprimento dos prazos previstos caracteriza impedimento técnico e desobriga o Poder Executivo de executar a emenda.

[Dúvidas? Aqui!](#)

7.1 Fase 1 - Análise das Indicações (01/01 - 16/03)

Nesta primeira etapa, os órgãos processadores analisam todas as emendas consolidadas na LOA 2026, via tramitação no sistema Emendas Campinas. A análise ocorre em **duas etapas complementares**:

A) Análise Técnica (Impedimentos da LDO)

O órgão processador verifica se a indicação está apta do ponto de vista legal e normativo, **considerando os impedimentos técnicos previstos no art. 44 da LDO 2026, a saber:**

I – Violação aos princípios do art. 37 da CF

Emenda que resulte em ilegalidade, pessoalidade, promoção política, falta de moralidade ou ausência de publicidade/transparência.

II – Objeto insustentável ou incompleto

Emenda que financie ação que não gera resultado útil à sociedade ou não se sustenta tecnicamente.

III – Valor insuficiente (exceto quando etapa autônoma)

Emenda com recurso insuficiente para executar o objeto proposto — salvo se possível a conclusão de uma etapa funcional ou obtenção de uma unidade completa.

IV – Incompatibilidade com planos e metas municipais

Emenda contrária aos planejamentos estratégicos já aprovados pelo Município, inclusive Plano Plurianual (PPA), LOA e planos setoriais.

V – Ausência de comprovação de viabilidade financeira

Orçamento insuficiente para concluir o projeto ou ao menos etapa útil e funcional.

VI – Incompatibilidade com a política pública setorial

Objeto que não se enquadra nas diretrizes da área temática do órgão responsável.

VII – Objeto incompatível com o programa ou ação orçamentária

Descompasso entre o que a emenda pretende financiar e o que a dotação orçamentária permite legalmente.

VIII – Incompatibilidade entre valor e cronograma de obra

Emendas para obras com valor que não condiz com o cronograma físico-financeiro necessário.

IX – Serviço público inexistente em lei

Emenda que cria ou financia serviço público que não existe legalmente (sem lei específica prévia).

X – Obra sem projeto aprovado

Destinação para iniciar obra sem projeto básico/execução aprovado pelos órgãos competentes.

XI – Entidade beneficiária não habilitada (Lei 13.019/2014)

Destinação a entidade não cadastrada ou não apta para celebrar parceria com o Município.

XII – Entidade em situação irregular (Lei 4.320/1964)

Entidade com pendências jurídicas, fiscais ou documentais que impedem repasse de recursos a título de subvenções sociais (transferências destinadas a cobrir despesas de custeio).

XIII – Criação de despesa obrigatória continuada

Emenda que gera aumento permanente de gasto (ex.: novos cargos, obrigações ou custeios contínuos).

XIV – Prazos impraticáveis

Prazos que extrapolam o empenho ou pagamento dentro do exercício financeiro vigente.



INCISOS IV E VI X ANÁLISE DE ADMISSIBILIDADE

Em face do dispositivo apresentado no Guia para Processamento das Emendas Parlamentares Impositivas Municipais - 2025, os incisos IV e VI do art. 44 da LDO 2026 garantem aos Órgãos da Administração Pública Municipal a análise de compatibilidade entre as programações indicadas em face do planejamento interno e das respectivas políticas públicas. **Portanto, a análise de admissibilidade formalizada no exercício anterior, agora consiste em etapa formal da própria análise técnica.**

B) Análise de Plano de Trabalho (foco para Terceiro Setor)

De acordo com o art. 44, §§4º e 5º da LDO 2026 - Lei nº 16.779, de 16 de Julho de 2025: “As entidades privadas indicadas como beneficiadas deverão, para fins de operacionalização, apresentar plano de trabalho, sujeito à avaliação técnica do Poder Executivo, que deverá conter no mínimo:

I - descrição do objeto;

II - justificativa;

III - descrição das metas;

IV - descrição da aplicação das despesas;

V - informações de conta-corrente específica.



Atentar para os requisitos estabelecidos na Decisão da ADPF nº 854.

Qualquer impropriedade ou imprecisão constatada no plano de trabalho será comunicada ao proponente, que deverá saná-la no prazo estabelecido, sendo que a não realização ou sua realização fora dos prazos previstos poderá caracterizar impedimento técnico.

7.2 Fase 2 - Remanejamento das Indicações (16/03 - 16/04)

Encerrada a primeira fase, o Poder Executivo apresentará, através do sistema Emendas Campinas, os resultados das Análises das Indicações, categorizando-as em:

- **emendas exequíveis;**
- **emendas inexecuíveis (indicadas para remanejamento).**

As emendas aprovadas durante o período de 01/01 - 16/03, estarão aptas à execução, enquanto as emendas inexecuíveis, indicadas para remanejamento, serão informadas no sistema Emendas Campinas, para que o Poder Legislativo tome ciência dos impedimentos e proceda à análise de suas respectivas emendas.

As alterações técnicas necessárias consistem em adequações de elementos que motivaram o remanejamento como:

- o objeto, finalidade e justificativa da programação;
- o beneficiário da indicação;
- o valor da emenda
- demais mudanças pertinentes de acordo com a necessidade prática de cada caso, dentro dos parâmetros legais.

Esta etapa é obrigatória sempre que declarado o impedimento de ordem técnica, sendo imprescindível que os remanejamentos **sejam formalizados e disponibilizados no sistema Emendas Campinas até o dia 16/04**, de acordo com o art. 43, inciso II da LDO 2026.

O §1º do art. 43 da LDO 2026 estabelece que o **não cumprimento do prazo previsto no inciso II caracteriza impedimento técnico** e desobriga o Poder Executivo de executar a emenda.

7.3 Fase 3 - Análise das Indicações Remanejadas (16/04 a 16/05)

Em seguida, o Poder Legislativo formalizará, no sistema Emendas Campinas, as programações que foram alteradas e disponibilizará ao Poder Executivo, efetuará nova análise, seguindo a metodologia já utilizada na Fase 1, a seguir:

A) Análise Técnica (Impedimentos da LDO): O órgão processador verifica se a indicação está apta do ponto de vista legal e normativo, considerando os impedimentos técnicos previstos no art. 42 LDO

B) Análise de Plano de Trabalho: Os beneficiários, para fins de operacionalização deverão apresentar plano de trabalho, para avaliação técnica do Poder Executivo, que deverá conter minimamente: descrição do objeto, justificativa, descrição das metas, descrição da aplicação das despesas e informações de conta-corrente específica.

Se a emenda for **exequível** → a indicação segue para execução.

Se for novamente **inexequível** → o Executivo fica desobrigado de executar a emenda e a parcela de recursos não utilizada poderá ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, nos termos do art. 43, §§ 1º e 2º da LDO.

8 - EMENDAS NA SAÚDE

A edição do Decreto Municipal nº 24.091/2025, com as alterações promovidas pelo Decreto Municipal nº 24.201/2025, estabeleceu os procedimentos para operacionalização das emendas parlamentares individuais destinadas à Secretaria Municipal de Saúde, de seu respectivo Fundo, tendo como beneficiadas as entidades sem fins lucrativos que integrem formalmente a rede complementar do Sistema Único de Saúde - SUS.

O regulamento prevê a destinação dos recursos em função do desempenho assistencial das entidades conveniadas, considerando a produção registrada nos sistemas oficiais de informação em saúde, nos mesmos parâmetros utilizados pelo Ministério da Saúde.

8.1 Critério Técnico de Seleção das Entidades - Modelo SUS

Para serem beneficiadas, as entidades privadas sem fins lucrativos aptas a receber dependem da comprovação dos seguintes requisitos, de forma cumulativa a serem aferidos pelos gestores municipais:

- I – Possuir instrumento jurídico vigente com o Município para prestação complementar de ações e serviços de saúde no âmbito do SUS;
- II – Apresentar produção assistencial regularmente registrada nos sistemas oficiais do Ministério da Saúde ou nos sistemas municipais integrados de informação em saúde;
- III - Haver compatibilidade dos objetos e das ações propostas com o cronograma de execução dos Planos de Trabalho dos ajustes vigentes;
- IV - regularidade na apresentação da prestação de contas financeiro-contábil, dentro dos prazos estabelecidos e comprovação do cumprimento dos objetos e das ações propostas, nos ajustes vigentes firmados com o Município, por intermédio da SMS;
- V - aprovação do Plano de Trabalho pela Secretaria Municipal de Saúde, inclusive com observância ao art. 6º do Decreto Municipal 24.091/2025.

8.2 Percentuais Vinculantes de Destinação dos Recursos

As emendas parlamentares individuais destinadas à área da saúde deverão respeitar a seguinte composição:

I – No mínimo 50% (cinquenta por cento) dos recursos deverão ser aplicados diretamente na rede pública municipal de saúde, incluindo ações, serviços e investimentos executados pela Administração Direta Municipal de Campinas e pela Autarquia Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar;

II – Até o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) da totalidade dos recursos poderão ser destinados a entidades privadas sem fins lucrativos, desde que atendidos integralmente os critérios técnicos de produtividade assistencial.

Esses percentuais são obrigatórios e devem ser observados na apresentação das emendas, no processamento administrativo e durante a execução orçamentária e financeira.

8.3 Vedações Relacionadas à Indicação de Entidades

Com a adoção do modelo baseado em produtividade, ficam vedadas:

I – Destinações a entidades que não possuam produção assistencial registrada nos sistemas oficiais;

II – Indicações de entidades sem vínculo contratual ou instrumento jurídico vigente com o Município;

III – Alocações incompatíveis com a capacidade operacional comprovada;

IV – Destinações em desacordo com o planejamento assistencial municipal;

V – Ausência de preenchimento do campo obrigatório do beneficiário no sistema Emendas Campinas nas indicações, cominado com indicação do beneficiário no campo de objeto/finalidade

O descumprimento dessas vedações poderá resultar no indeferimento da emenda, na readequação do objeto ou no cancelamento do processamento.

8.4 Limites para Entidades Beneficiadas

O quadro a seguir apresenta a consolidação das entidades privadas sem fins lucrativos habilitadas ao recebimento de recursos das emendas parlamentares individuais destinadas à saúde no exercício de 2026, com a indicação dos respectivos valores máximos, sem prejuízo da observância do limite total estabelecido no item 8.2:

Lista de Beneficiários	Limite para Recebimento de Valores
APAE Campinas	R\$ 3.490.121,00
Associação Pestalozzi de Campinas	R\$ 414.449,00
Casa da Criança Parálitica de Campinas	R\$ 890.880,00
Casa da Gestante	R\$ 34.030,00
Fundação Penido Burnier Campinas	R\$ 4.219.825,00
Fundação Síndrome de Down Campinas	R\$ 569.293,94
Hospital e Maternidade Celso Pierro	R\$ 22.770.000,00
Hospital Irmãos Penteado e Santa Casa de Campinas	R\$ 3.112.530,43
Maternidade de Campinas	R\$ 11.815.082,98
Policlínica da Escola de Ciências da Vida – PUC Campinas	R\$ 3.165.769,08
Real Sociedade Portuguesa de Beneficência	R\$ 12.428.570,76
Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira	R\$ 718.886,40
Hospital São Leopoldo Mandic – Ambulatório Unidade Campinas	R\$ 114.781,64
Serviço de Assistência aos Enfermos – Grupo Vida	R\$ 250.000,00

9 - TRANSPARÊNCIA

A transparência e a rastreabilidade constituem requisitos essenciais e indissociáveis da execução das emendas parlamentares impositivas, devendo ser asseguradas em todas as fases do ciclo orçamentário, desde o planejamento à prestação de contas, em observância aos princípios constitucionais da Administração Pública.

O Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 854, e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, através da Resolução TCESP nº 17/2025 e dos Comunicados GP nº 43/2025 e nº 45/2025, que reforçam a obrigatoriedade da transparência e da rastreabilidade dos recursos públicos

9.1 - ADPF 854 – Diretrizes do Supremo Tribunal Federal

Na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 854, o Supremo Tribunal Federal consolidou o entendimento de que a execução de emendas parlamentares, inclusive as de caráter impositivo, não pode ocorrer de forma genérica ou dissociada de mecanismos efetivos de controle e publicidade. Nos termos do decidido pelo STF, torna-se obrigatório:

- a identificação do parlamentar autor da emenda;
- a descrição clara e objetiva do objeto e da finalidade;
- a divulgação do valor destinado e executado;
- a identificação do beneficiário final;

a rastreabilidade integral dos recursos, desde a alocação orçamentária até o pagamento e a comprovação do cumprimento do objeto.

O Min. Flávio Dino, em síntese, determinou que "adotem as providências necessárias à fiscalização e promoção da adequada conformidade dos processos legislativos orçamentários e da execução das emendas parlamentares estaduais, distritais e municipais ao modelo federal de transparência e rastreabilidade, assegurando sua plena observância a partir de 1º de janeiro de 2026"

9.2 Resolução TCE-SP nº17/25

A Resolução TCE-SP nº 17/2025, que dispõe sobre a fiscalização, a transparência, a rastreabilidade e o acompanhamento da execução de emendas parlamentares estaduais e municipais no âmbito do Estado de São Paulo e estabelece normas destinadas a assegurar controle do gasto público, impondo aos Municípios o dever de divulgar, em meio eletrônico de acesso público, em tempo real, o repasse e/ou crédito dos recursos, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- I - nome completo do parlamentar proponente;
- II - número e identificação da emenda;
- III - descrição do objeto e da finalidade da despesa;
- IV - órgão ou entidade executora, ou entidade beneficiária;
- V - valor autorizado, valor liberado e valor executado;
- VI - número da conta bancária utilizada;
- VII - destinação específica, indicando se destinada a custeio ou investimento;
- VIII - município ou localidade beneficiada;
- IX - instrumento jurídico vinculado, quando houver, com número de processo administrativo;
- X - cronograma físico-financeiro, quando aplicável;
- XI - prazo previsto para aplicação dos recursos.
- XII - quaisquer alterações, acréscimos, reduções ou cancelamentos das emendas repassadas e/ou recebidas

O descumprimento das disposições da Resolução poderá ensejar apontamentos nas contas anuais, recomendações e demais medidas de competência do Tribunal de Contas.

9.3 Comunicados GP nº43 e nº45 de 2025 - TCESP

Os Comunicados GP nº 43/2025 e nº 45/2025, expedidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, exigem resposta ao questionário disponível no [sítio eletrônico do TCESP - https://go.tce.sp.gov.br/emendas](https://go.tce.sp.gov.br/emendas) que será objeto de fiscalização ordinária e reformação a obrigatoriedade de manutenção tempestiva e atualizada das informações nos portais de transparência dos órgãos e entidades municipais.

Os Comunicados evidenciam que a transparência não se limita à divulgação externa, mas abrange também a qualidade, consistência e confiabilidade dos dados fornecidos aos órgãos de controle.

10 - PERGUNTAS FREQUENTES

1. Quando o instrumento das emendas individuais impositivas passou a vigorar em Campinas?

Em 2022, o Município de Campinas inaugurou o Orçamento Impositivo Municipal, com as primeiras indicações pelos Parlamentares do corpo legislativo naquele exercício, para que fossem executadas no exercício de 2023.

2. Qual o valor mínimo para indicação por emenda individual impositiva?

A Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026 não possui previsão legal de valor mínimo por indicação.

3. Quem são os beneficiários das emendas individuais impositivas?

Os beneficiários compõem três principais categorias: órgãos da administração pública municipal direta e indireta, e entidades privadas sem fins lucrativos.

4. O que são despesas de capital?

Categoria da classificação econômica de despesa que agrupa as despesas entre outras com obras, equipamentos e instalações, material permanente, títulos representativos do capital de pessoas jurídicas, bem como as amortizações de dívida e concessões de empréstimo.

5. O que são despesas correntes?

Categoria da classificação econômica da despesa que, agrupa as despesas de custeio das entidades públicas e de manutenção de suas atividades, tais como as relativas a vencimentos e encargos com pessoal, juros da dívida, compra de material de consumo, serviços de terceiros e outros.

6. Quem define como será a divisão entre despesas de capital e despesas correntes nas indicações das emendas?

A LDO 2026 não limita a destinação de recursos entre despesas de capital e despesas correntes.

7. Quais os prazos previstos na LDO 2026 para o processamento das emendas no exercício de 2026?

- I - até o dia 16 de março de 2026, o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo as justificativas do impedimento;
- II - até o dia 16 de abril de 2026, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;
- III - até o dia 16 de maio de 2026, o remanejamento será implementado por ato do Poder Executivo, nos termos previstos na Lei Orçamentária Anual.

8. Indicados os beneficiários e objetos, é competência do órgão processador decidir se ocorrerá a execução da emenda?

Não, como o próprio nome registra, a emenda é impositiva, se não houver impedimento de ordem técnica.

9. A emenda definida pelo parlamentar, será obrigatoriamente executada?

Sim, a emenda parlamentar individual tem caráter impositivo e possui objeto definido que deverá ser cumprido pelo beneficiário, caso não haja impedimento de ordem técnica.

10. Os parlamentares podem realizar uma indicação individual para atender mais de um objeto? Há necessidade de relação entre os objetos?

Sim, a emenda parlamentar individual poderá fracionar o montante da indicação para atender diferentes objetos, desde que, sejam complementares (ex: investimento e custeio complementar).

11. Qual o valor total anual previsto para as emendas individuais impositivas em 2026? E para cada Parlamentar?

O valor total previsto é de R\$ 113.850.000,00, distribuído de forma igualitária entre os 33 vereadores, perfazendo R\$ 3.450.000,00 para cada parlamentar.

12. O que é remanejamento?

Realocação de recursos orçamentários e financeiros de um órgão para outro, ou entre diferentes unidades orçamentárias, sem aumentar o valor total do orçamento

13. Em que momento do processamento da emenda individual impositiva é possível o remanejamento?

- Na fase de análise técnica, caso haja emendas inexecutáveis, o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo estas e as respectivas justificativas. Este último deverá indicar, dentro do prazo estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o remanejamento das programações que serão realizadas pelo Poder Executivo;
- Em caso de descumprimento, pelos parlamentares, dos prazos necessários ao processamento das emendas, o Poder Executivo remanejará os recursos de acordo com a autorização constante da Lei Orçamentária Anual.

14. O que é saldo remanescente?

Recurso excedente à execução do objeto da emenda individual impositiva. Caso ocorra saldo e o objeto da emenda tenha sido executado plenamente, os valores restantes são tratados como economia orçamentária.

15. Qual a diferença entre o processamento e a execução da emenda individual impositiva?

O processamento se caracteriza pela tramitação da emenda, desde a indicação e análise técnica, até a sua aprovação ou impedimento. Já a execução da emenda individual impositiva consiste na realização prática da despesa pública, que abrange as etapas de empenho, liquidação e pagamento. Essa execução está vinculada à destinação dos recursos financeiros ao beneficiário indicado. A execução permite a implementação da política pública, programa ou objeto previsto, concretizando os resultados esperados pela emenda.

16. É possível aplicar o recurso de uma emenda individual impositiva em mais de uma ação?

Não, de acordo com a ADPF nº854, as emendas deverão ser individualizadas, sendo vedada a aglutinação genérica e sendo obrigatória a identificação individual de cada objeto

17. É possível utilizar mais de uma emenda para o cumprimento de um único objeto (de maior valor), ou para objetos complementares?

Não, de acordo com a ADPF nº854, as emendas deverão ser individualizadas, sendo vedada a aglutinação genérica e sendo obrigatória a identificação individual de cada objeto

18. Qual a solução para o caso de haver insuficiência de recursos para a execução integral do objeto de uma emenda?

Essa situação, constitui impedimento de ordem técnica estabelecido. Caso haja interesse da Administração, os valores deverão ser complementados com recursos do orçamento da pasta para a execução da emenda.

19. Na fase de distribuição dos créditos, enquanto o parlamentar não finalizar a etapa, é possível editar a indicação no sistema?

Sim, enquanto não finalizada a etapa de Planejamento, será possível a edição. Vale destacar que, após a finalização e publicação da Lei Orçamentária Anual (LOA), os órgãos processadores indicados só poderão ser alterados nas hipóteses de remanejamento.

20. Depois da publicação da relação de emendas individuais impositivas, o parlamentar poderá alterar o beneficiário?

Não. O parlamentar não poderá alterar o beneficiário, o objeto e o valor da emenda após a publicação da relação de emendas individuais. Somente nos casos em que houver impedimento de ordem técnica pelos órgãos processadores das emendas, a alteração poderá ocorrer, observados os prazos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

21. Em que momento os vereadores farão a indicação dos beneficiários de suas emendas? Quais as informações necessárias?

A indicação ocorre durante o processo de votação do Projeto de Lei Orçamentária Anual em trâmite na Câmara Municipal, obedecidos os prazos regimentais do legislativo. Os vereadores, deverão inserir no sistema emendas campinas as seguintes informações:

- **Nome do Parlamentar;**
- **Nº da Emenda;**
- **Valor da Programação;**
- **Classificação e Dotação do Crédito Inaugurado;**
- **Dotação da “Cobertura do Crédito”;**
- **Beneficiário e Órgão Processador** (Órgãos Municipais, OSC´s e demais beneficiários + Órgão Processador: Secretaria que irá processar a emenda);
- **Justificativa/Finalidade** (especificação e contextualização).

22. Quais as responsabilidades do parlamentar em caso de impedimento técnico?

No caso de impedimento técnico, o parlamentar receberá as justificativas do Poder Executivo e deverá, no prazo estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), indicar ao Poder Executivo o remanejamento da programação. O Poder Executivo deverá proceder ao remanejamento também em conformidade com os prazos estabelecidos por Lei.

23. Na fase de análise técnica, se houver impedimento, em quanto tempo os vereadores poderão indicar outro beneficiário?

Se houver impedimento de ordem técnica, o parlamentar deverá aguardar o início da fase de remanejamento, que será do dia 16/03 até o dia 16/04. O órgão deve alterar o status da emenda para Analisada pela Secretaria após o encaminhamento ao Legislativo, atualizar o status para “Aguardando ajuste pelo parlamentar”, possibilitando o remanejamento

24. Quais as consequências do descumprimento de prazo pelos parlamentares?

A lei prevê que o não cumprimento dos prazos da indicação referentes à programação incluída por emenda e remanejamento da programação, caracteriza impedimento técnico e desobriga o Poder Executivo de executar a despesa.

25. Como o parlamentar poderá acompanhar o processamento e a execução da emenda?

O acompanhamento das emendas individuais impositivas poderá ser realizado pelos parlamentares e por demais interessados, por meio do sistema Emendas Campinas <https://emendas.campinas.sp.gov.br/>).

26. Quem são os responsáveis pelos processamentos das emendas individuais impositivas?

São os órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal, executores da programação orçamentária e responsáveis pelo processamento das emendas individuais. Nos casos relacionados com o Terceiro Setor, são as Pastas responsáveis por celebrar as parcerias com as entidades privadas.

27. Em que momento pode se considerar que uma emenda está exequível?

A aprovação de uma emenda será formalizada a partir da atualização do status para "EXEQUÍVEL" no Sistema Emendas Campinas, realizada pelo órgão processador competente.

28. Nos casos de impedimento de ordem técnica, o Executivo possui competência para remanejar emendas internamente?

Na hipótese de incidência do inciso VII da LDO 2026, o órgão processador pertencente à Administração Pública Municipal, poderá remanejar internamente a programação, sendo vedado alterações e remanejamentos entre órgãos processadores

29. Como o Poder Executivo deve proceder em caso de emenda impedida tecnicamente?

O Órgão Processador da Administração Municipal, responsável pelo processamento da emenda, notificará, pelo sistema Emendas Campinas, o parlamentar responsável pela indicação, com as devidas justificativas amparadas na legislação.

Além disso, o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo a relação de indicações aprovadas e as justificativas dos impedimentos de ordem técnica verificados.

Quando cabível, o parlamentar poderá solicitar o remanejamento da programação, respeitados os prazos estabelecidos.

30. O que poderá ser feito caso a emenda continue inexecutável ou o autor da emenda não solicite o remanejamento nos prazos estabelecidos?

Caso os impedimentos de ordem técnica justificados não sejam afastados ou o autor da emenda não solicite o remanejamento nos prazos estabelecidos, o crédito orçamentário da emenda poderá ser aplicado pelo Poder Executivo como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais de acordo com autorização constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2026).

31. O Poder Executivo deve esperar o remanejamento de emendas impedidas tecnicamente para dar início ao processamento do conjunto das emendas?

Não. O início da execução das programações orçamentárias aprovadas no primeiro período de análise técnica não está condicionado ao término dos prazos estabelecidos para as emendas declaradas impedidas, que deverão ser remanejadas pelos parlamentares. Ou seja, declarada a aprovação pelo órgão processador, através do relatório final da análise técnica, poderão ser adotadas as providências para a execução da emenda individual impositiva.

32. Como será realizada a execução das emendas para entidades privadas que possuam parcerias com mais de uma secretaria municipal?

Durante o processo de análise de técnica da Emenda Parlamentar o órgão responsável pela política pública compatível com objeto da emenda impositiva deverá assumir a responsabilidade pela sua execução.

33. Qual procedimento deverá ser adotado na operacionalização das emendas parlamentares indicadas por vereador não reeleito, inexecutíveis que necessitem de remanejamento?

Identificados impedimentos de ordem técnica insuperáveis, conforme disposto no art. 43 da Lei 16.779/2025 (LDO 2026), as programações orçamentárias com origem nas emendas individuais de vereadores não reeleitos não serão de execução obrigatória e a parcela correspondente poderá ser utilizada pelo Poder Executivo como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais.

34. Nos anos que ocorrem troca de mandato, parlamentar eleito pela primeira vez poderá indicar emenda para o exercício financeiro em curso? Como será realizado o acompanhamento das emendas indicadas por parlamentar não reeleito?

Não. Parlamentar eleito fará a indicação no momento de discussão e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária do ano seguinte e respeitados os prazos regimentais do Legislativo.

Parlamentar não reeleito poderá fazer o acompanhamento das emendas por ele indicadas através do sistema Emendas Campinas, disponível no sítio eletrônico da Prefeitura e da Câmara Municipal.

35. O que ocorre se o Poder Executivo descumprir prazo legal durante o período de remanejamento, deixando de praticar ato necessário para que o Legislativo possa ajustar a emenda?

O descumprimento de prazo pelo Poder Executivo não pode inviabilizar a execução da emenda impositiva nem autorizar execução fora do rito previsto na LDO. A emenda incorporada à LOA possui força vinculante, e a omissão administrativa não pode esvaziar a eficácia da lei orçamentária. Nessa hipótese:

- a omissão deve ser formalmente registrada no processo da emenda;
- o Legislativo deve ser comunicado oficialmente;
- o processamento deve prosseguir com base no princípio da máxima efetividade da LOA;
- o fato poderá ser objeto de atuação do Controle Interno e do TCE-SP, por configurar falha de gestão.

36. Existe previsão legal para que, na fase de planejamento, as propostas de indicações sejam enviadas previamente às Secretarias para compatibilização e pactuação com os vereadores?

Não há, na legislação municipal vigente, previsão legal expressa que obrigue o envio prévio das propostas de emendas às Secretarias para fins de compatibilização antes da apresentação formal das indicações pelo Poder Legislativo.

Entretanto, a prática de diálogo institucional e de tratativas administrativas é recomendada e encontra amparo nos princípios gerais da Administração Pública e do processo orçamentário.

37. A ausência de pactuação prévia entre vereadores e Secretarias pode ser considerada impedimento técnico da emenda?

Não. A inexistência de diálogo ou pactuação prévia na fase de planejamento não constitui, por si só, impedimento técnico, pois não há exigência legal que condicione a validade da indicação parlamentar a essa etapa informal.

O impedimento técnico somente pode ser reconhecido quando houver fundamento objetivo previsto na LDO e na legislação aplicável.

38. É admitida a inscrição das emendas individuais impositivas em restos a pagar? Se sim, há um limite de inscrição?

Sim. As emendas cuja execução não ocorra no exercício de indicação poderão ser inscritas em restos a pagar, seguindo as previsões e prazos da Lei 4320/64, combinadas com o decreto de encerramento do exercício.

Conforme previsto no § 11º do artigo 168 da Lei Orgânica serão consideradas para fins de cumprimento da execução financeira, até o limite 0,6% (seis décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.

39. A emenda poderá ser tramitada diretamente para a entidade privada?

Não. As emendas passam pelo processo orçamentário e sua execução depende de aprovação pelo órgão processador e parceria ormalizada com a entidade privada.

40. Quais são as responsabilidades das Entidade Privadas para recebimento dos recursos por meio de Parcerias?

Os Órgãos Processadores seguirão as legislações específicas das Parcerias e indicarão os documentos necessários a serem apresentados pelo beneficiário.

As Entidades Privadas receberão a informação de que são beneficiadas com emendas individuais e prosseguirão ao envio dos documentos e planos de trabalho, dentro do prazo estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentarias (LDO) e demais normas que regulamentam prazos e procedimentos do Poder Executivo.

Em alguns casos, o Órgão Processador responsável poderá requisitar esclarecimentos e ajustes nos Planos de Trabalho, documentos faltantes ou renovação de validade de documentos. O processamento das emendas com a assinatura do instrumento de Convênio ou de Termo de Parceria entre as partes só poderá ocorrer quando as exigências previstas em lei estiverem cumpridas pelos beneficiários, dentro dos prazos estabelecidos na legislação.



PROFESSOR ALBERTO ALVES DA FONSECA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROLE

MARCO ANTONIO DOS SANTOS
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO

ELABORAÇÃO

PAULO ROGÉRIO COSTA SANTANA
COORDENADOR DE ANÁLISE OPERACIONAL E PATRIMONIAL

REVISÃO

ERIKA CRISTINA JACOB GUIMARÃES
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE
PROCURADORA MUNICIPAL

IDELMA MARIA AMARAL ARANTES FERRAZ
ASSESSORA TÉCNICA – GABINETE DO SECRETÁRIO

JOÃO CARLOS RIBEIRO DA SILVA
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

